

**Celso Antonio
Pacheco Fiorillo**

**A regulação
das empresas
transnacionais
no âmbito da
economia digital
em face do
direito ambiental
constitucional
brasileiro**

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2023

Copyright © 2023 by Celso Antonio Pacheco Fiorillo

Categoria: Direito Ambiental

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Renata Chagas

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

F519r

Fiorillo, Celso Antonio Pacheco

A regulação de empresas transnacionais no âmbito da economia
digital em face do direito ambiental constitucional brasileiro / Celso
Antonio Pacheco Fiorillo. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2023.
308 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-519-2565-2

1. Direito ambiental. 2. Direito constitucional. 3. Regulação. 4. Em-
presas multinacionais. 5. Economia digital. I. Título.

CDD 344.065

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Capítulo I	1
Economia Digital.....	1
Capítulo II	27
1. Empresas Transnacionais	27
2. As empresas transnacionais e seu enquadramento jurídico em face do direito constitucional brasileiro.....	40
Capítulo III	49
1. As empresas transnacionais no Brasil em face dos princípios fundamentais da constituição federal: os fundamentos e objetivos constitucionais balizando os deveres das empresas transnacionais	49
1.1. A soberania nacional.....	49
1.1.1. A soberania nacional em face do princípio da independência nacional: o direito à autodeterminação do povo brasileiro estabelecido por nossa Constituição Federal	56
1.1.2. A soberania como poder que emana do povo e sua efetividade: o princípio da legalidade estruturado em face do princípio democrático	61
2. A dignidade da pessoa humana.....	66
3. Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.....	69
4. O objetivo de construir uma sociedade livre, justa e solidária garantindo o desenvolvimento nacional bem como a erradicação da pobreza e a marginalização e reduzindo as desigualdades sociais e regionais	73

Capítulo IV	99
1. As empresas transnacionais no Brasil em face da ordem econômica constitucional: os principais gerais da atividade econômica balizando os deveres das empresas transnacionais.....	99
1.1. A soberania nacional.....	99
1.1.1. A soberania nacional em face do princípio da independência nacional: o direito à autodeterminação do povo brasileiro estabelecido por nossa Constituição Federal	106
1.1.2. A soberania como poder que emana do povo e sua efetividade: o princípio da legalidade.....	111
1.2. A propriedade privada e sua função social.....	112
1.3. A livre concorrência.....	131
1.4. A defesa do consumidor.....	134
1.5. A defesa do meio ambiente	137
1.5.1. A concepção jurídica de meio ambiente em face da legalidade constitucional: o art. 225 de nossa Constituição Federal estabelecendo as quatro concepções fundamentais no âmbito do direito ambiental brasileiro e a visão do Supremo Tribunal Federal (ADI 4.066)	138
1.5.1.1. Meio ambiente natural	142
1.5.1.2. Meio ambiente artificial.....	143
1.5.1.3. Meio ambiente cultural.....	144
1.5.1.3.1. Meio ambiente digital	144
1.5.1.4. Meio Ambiente do trabalho e a saúde ambiental	146
1.5.1.5. Patrimônio genético	148
Capítulo V	151
1. A sociedade da informação e sua inserção no âmbito da economia digital: a tutela jurídica do meio ambiente cultural	151
2. Tutela jurídica constitucional do meio ambiente cultural: o patrimônio cultural criado em face das atividades desenvolvidas pela pessoa humana e a democracia cultural.....	154

3. A informação como bem ambiental constitucional e sua tutela jurídica em face da sociedade da informação: a informação como fator chave de produção no âmbito da economia digital	167
3.1. O que é informação. Conceito de informação na denominada Sociedade da Informação.....	170
3.2. A informação como direito fundamental fixado na Carta Magna relacionada à Comunicação Social: a informação como bem cultural em face da Constituição Federal.....	172
3.3. Os bens culturais como bens ambientais em face do que estabelece a Constituição Federal: a contribuição da doutrina italiana e a orientação do Supremo Tribunal Federal	173
4. A tutela jurídica do meio ambiente digital no âmbito do meio ambiente cultural.....	187
4.1. Meio ambiente cultural e internet: o potencial das tecnologias da comunicação para a sustentabilidade da sociedade da informação.....	187
4.1.1. Introdução.....	187
4.1.2. O sentido da expressão “meio ambiente” e as relações humanas: a concepção cultural.....	188
4.1.3. A sustentabilidade na sociedade da informação	191
4.1.4. O uso da internet nas estratégias socioambientais.....	195
4.1.5. As redes virtuais como elemento do paradigma democrático	202
5. Liberdade de expressão como parte integrante e indissociável da sociedade da informação e seu enquadramento constitucional	205
6. A liberdade de expressão e o direito de resposta em face da Sociedade da Informação	232
6.1. O direito de resposta previsto nas Constituições anteriores à Carta Magna de 1988 e os meios instrumentais de exercício do referido direito constitucional.....	232

6.2. O direito de resposta previsto na atual carta magna e os meios instrumentais e de exercício do referido direito constitucional: a lei 13.188/15.....	247
Capítulo VI	253
1. Meio ambiente digital na sociedade da informação e sua tutela jurídica vinculada ao direito ambiental constitucional brasileiro	253
1.1. Meio ambiente cultural em face da sociedade da informação	257
1.2. Sociedade da informação e meio ambiente digital.....	260
Capítulo VII	263
Responsabilidade ambiental constitucional das empresas transnacionais que exercem suas atividades no âmbito do meio ambiente digital/ economia digital.	263
1. Os deveres ambientais em face das atividades econômicas impostos pela Constituição Federal aplicáveis à economia digital.....	264
2. Responsabilidade ambiental das empresas transnacionais que exercem suas atividades no âmbito do meio ambiente digital/ economia digital: os princípios constitucionais ambientais da prevenção, “precaução” e do poluidor pagador.....	267
2.1. Responsabilidade ambiental das empresas transnacionais em face das atividades potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente no âmbito do meio ambiente digital/ economia digital: a responsabilidade ambiental das empresas em face do princípio constitucional da prevenção e o Estudo Prévio de Impacto Ambiental x Censura	268
2.2. Responsabilidade ambiental das empresas transnacionais em face das atividades potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente no âmbito do meio ambiente digital/ economia digital: o denominado princípio da precaução x censura.....	280

2.3. Responsabilidade ambiental das empresas transnacionais em face das atividades potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente no âmbito do meio ambiente digital/ economia digital: o princípio constitucional do poluidor pagador e a responsabilidade solidaria em face das atividades econômicas desenvolvidas no âmbito da economia digital 282

Referências 291